

A Cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina.

Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães. (UFRJ-UERJ)

“Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado”.¹

« A História é o produto mais perigoso já elaborado pela química do intelecto. »²

I

As duas epígrafes sugerem aspectos distintos, mas interconectados da mesma tradição de se pensar e conceber a história como prática disciplinar especializada no conhecimento do passado.

A História foi objeto privilegiado de reflexão para Paul Valéry, literato europeu formado pela herança de um século considerado por excelência o século da História: o século XIX. Não só porque nos começos daquele século a disciplina institucionaliza-se no espaço do saber universitário demarcando seu campo em relação àquelas disciplinas para as quais tivera até então um sentido puramente propedêutico; a filosofia e o direito. Mas, sobretudo porque este procedimento institucional sinalizava para o advento de uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da História no processo de definição de sentidos para o homem contemporâneo. A perigosa química da qual nos fala Valéry combinara História, em sua perspectiva nacional, portanto como biografia da Nação, e disciplina acadêmica constituída a partir de certos princípios definidos como científicos e por isso objetivos em sua capacidade de tratar o passado da humanidade. Perigosa porque reduzira a escrita da História a uma tarefa de legitimar os projetos nacionais em construção ao longo de todo o século XIX, assentando-a sobre os pilares seguros de uma ciência objetiva, o que dificultava assim compreender a possibilidade de uma escrita alternativa a estes projetos. O passado constitui-se como origem do presente, uma origem desejada e construída pelas lutas e constrangimentos deste mesmo presente, naturalizada como ponto inicial das construções políticas do dezenove.

É como parte desta cultura histórica que herdamos nossa concepção de passado, radicalmente distinto do presente, mas sua fonte por excelência de explicação, lugar de localização privilegiada de sua verdade. Basta considerarmos a forma como o discurso político contemporâneo faz uso do passado para termos uma dimensão do peso que ele adquire para nossa cultura como fonte de

¹ NORA, Pierre. Org. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. XXXI.

² VALÉRT, Paul. *De l'histoire*. In: _____. *Regards sur le monde actuel et autres essais*. Paris: Gallimard, 1998. p. 35.

significação. Por ocasião das comemorações dos quarenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial no dia 8 de maio de 1985, assim se dirigiu ao Parlamento alemão o presidente da República Federal Alemã, Richard von Weizsäcker: “O dia 8 de maio é para nós sobretudo um dia de lembrarmos-nos do sofrimento de milhares de seres humanos. É também um dia para refletirmos acerca do curso de nossa História.”³ Evento emblemático da história contemporânea alemã, a Segunda guerra mundial como consequência da barbárie nazista e do holocausto, torna-se o lugar por excelência de releitura do passado alemão. A história um dever de memória par os cidadãos contemporâneos.

Desde a segunda metade do século XVIII a filosofia da História fora capaz de definir o terreno da História como objeto de uma reflexão sistemática e racional garantindo assim para o mundo dos feitos e realizações humanas a possibilidade de um conhecimento sistemático e metódico. Esta tarefa, no entanto, só algumas décadas mais tarde e nos quadros da disciplina concebida como ciência, viria se concretizar sob a pena de um autor como Leopold von Ranke, consagrado como o primeiro historiador de ofício a ocupar uma cátedra especialmente dedicada à História na Universidade de Berlim. Recusando os princípios de uma teoria geral da História, Ranke concebia a sua escrita objetiva como necessariamente assentada sobre um método. Fundava assim as regras do ofício baseadas em alguns princípios basilares: a pesquisa com fontes primárias como condição indispensável ao novo saber em afirmação.

Este processo que se estende por toda a segunda metade do século XVIII e começos do seguinte, foi descrito pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, como o da constituição de um singular coletivo, quando grafada no singular a palavra História passa, contudo a designar um conjunto amplo de eventos interrelacionados em que o significado de cada um deles, para ter garantido sua inteligibilidade, deve necessariamente considerar sua posição no conjunto maior de eventos relatados.⁴ História como esta forma peculiar de singular coletivo passa a significar algo mais do que a pura soma de histórias particulares. Uma nova sensibilidade quanto à temporalidade inaugura-se neste mesmo movimento: o horizonte de expectativas humanas alarga-se consideravelmente uma vez que passa a integrar à experiência temporal das sociedades do presente aquela de outros grupos e sociedades que viveram no passado, um tempo, portanto, que escapa à vivência particular de cada comunidade humana. Por outro lado quando projeta o futuro como consequência de ações do presente, esta nova sensibilidade histórica em gestação alarga para frente as experiências contingentes. Como parte de um novo conjunto de experiências que viabilizam progressivamente um

³ “Der 8. Mai ist für uns vor allem ein Tag der Erinnerung an das, was Menschen erleiden mussten. Er ist zugleich ein Tag des Nachdenkens über den Gang unserer Geschichte.”

VON WEIZSÄCKER, Richard. *Von Deutschland aus*. Reden des Bundespräsidenten. München: dtv, 1987. p. 11.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. Le concept d’histoire. In: KOSELLECK, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard Le Seuil, 1997. P. 15-99.

sentido cada vez mais universal para as ações humanas realizadas nos mais diferentes espaços, a História como um singular plural sinaliza um novo horizonte de expectativas para as coletividades humanas. A História em si está para além das diversas histórias particulares e o conceito passa a designar em seu sentido moderno os fatos (as realizações), o relato destes e o conhecimento científico que a partir do século XIX pode-se obter acerca destes eventos. Com o século XIX, o passado tornou-se definitivamente submetido às regras da racionalidade tornando-se, portanto, uma questão da ciência.⁵

Nossa cultura histórica é forjada também no momento de constituição de um novo tipo de sociabilidade analisada por Norbert Elias como parte do processo de civilização que caracterizou um conjunto amplo e diversificado de transformações atravessadas pelas sociedades ocidentais entre os séculos XV e XVIII.

*“A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança” civilizadora “do comportamento”.*⁶

O texto de Elias nos permite a formulação de uma interessante hipótese para a compreensão da emergência de nossa cultura histórica, objeto das críticas sintetizadas pelas citações tomadas de Paul Valéry. Na medida em que sugere a compreensão desta cultura histórica articulada a um conjunto mais amplo de transformações e mudanças porque passam especialmente as sociedades européias ocidentais na segunda metade do século XVIII. enraíza-a num tempo-espaço social. Como parte do que afirma ser uma “mudança civilizadora”, a história concebida como atitude de encadeamento sistemático dos eventos passados e presentes, viabiliza ao presente um significado para um passado não vivido, desconhecido e por isto mesmo ameaçador na sua diferença e intangibilidade. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a História é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças, que parecem inviabilizar uma referência ao passado nos termos de uma busca de comparações com o presente como forma de extrair soluções para a ação no mundo. A Revolução

⁵ NIPPERDEY, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte*. München: dtv, 1990.

⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 198.

Francesa, como experiência histórica, torna-se o evento emblemático para se pensar a história, referência obrigatória na constituição do campo disciplinar tanto na França quanto na Alemanha. A invenção moderna das Nações é parte deste mesmo movimento, impondo novas formas de lealdade política e buscando no passado a legitimidade que o tempo decorrido poderia assegurar a estas construções recentes. Segundo Ernest Renan em sua famosa conferência na Sorbonne no ano de 1882 intitulada “*Qu’est-ce qu’une nation?*” a resposta seria a de que ela é um princípio: encontrável no passado através de um longo legado de lembranças possuídas coletivamente mas também no presente através de um consentimento atual e sempre renovado, expressão de um desejo de viver em conjunto partilhando aquelas mesmas heranças. A História torna-se assim parte essencial do processo de criação das Nações assim como de fixação de uma memória sagrada para esta invenção social. O esforço sistemático de lembrar o passado torna-se uma política de Estado acionando um conjunto diversificado de estratégias rememorativas: as comemorações e ritualizações do passado, compreendendo os feitos e os grandes homens de uma coletividade nacional; uma escrita da História nacional assim como os dispositivos disciplinares capazes de torná-la ensinável, matéria de uma pedagogia do novo cidadão nacional.

Em meio a tantas incertezas, a um futuro que se desenha como novo e diferente de tudo aquilo até então vivido, a História poderia significar o porto seguro, fornecendo uma chave explicativa para o conjunto destas transformações, marcando-lhes um sentido, já que faltavam elementos de comparação para este conjunto de experiências vivenciadas como ímpares. Um novo regime de historicidade, segundo as colocações de François Hartog, se instaura, quando o passado não pode mais ser o guia seguro para o presente e a História, portanto a Mestra, o lugar das ações exemplares, medida de todas as coisas. Se ela perde este sentido para os homens, estes na bela imagem de Tocqueville, debatem-se nas trevas. É pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis, que o passado e o futuro passam a fazer um sentido para o presente como partes do processo da História. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela História, agora capaz de significar experiências não vividas. Ainda que desconhecido como experiência, o passado pode ser explicado pela História capaz por este procedimento de gerar imagens e sentidos para a ação no presente. O que se busca nela agora não serão mais os modelos, mas as explicações, as razões do presente. É este presente que articula o conjunto de condições necessárias para que o passado possa ser produzido como resultado de uma criação cultural e, portanto, necessariamente coletiva.⁷

⁷ Ver a respeito: ASSMAN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis*. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. München: Beck, 1999.

História e identidade passam a ligar-se intimamente: nossa identidade coletiva e individual assume explícita ou implicitamente uma profunda relação com a História. É nela que buscamos ancorar o barco de nossas vidas em busca de respostas que não podem tolerar as dúvidas e incertezas da tragédia humana. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, as pretensas certezas da História asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Criticar esta cultura histórica herdada do dezenove parece ainda significar uma ameaça a esta nossa identidade, obrigando-nos a percebê-la como fruto de uma construção histórica e por isto mesmo submetida à passagem do tempo e à transformação. No entanto este mesmo exercício de crítica pode, se lido com outros olhos, significar a possibilidade de desejar um futuro ainda não entrevisto, uma afirmação dos valores humanos e de sua capacidade inventiva, surpreendente porque não totalmente previsível.

II

Retomemos a afirmação de Paul Valéry que parece se situar na contra mão de uma perspectiva dominante de História, que ao longo do século XIX afirmara o poder da disciplina em sua capacidade explicativa do presente e, de certa forma, anunciadora do futuro. Ao defini-la como um produto perigoso, problematiza uma visão hegemônica da história como condição da libertação humana, sendo o seu conhecimento a condição mesma para uma superação dos erros do passado como forma de alcançar um controle sobre o futuro. Finalmente conquistada sua cidadania acadêmica, a História apresentava-se como a ciência dos fatos humanos, impondo suas regras e sua disciplina a outras formas de conhecimento sobre a experiência dos homens. Neste processo de afirmação, a História construiu ela própria sua História, relendo os esforços já realizados de tratamento das experiências passadas como parte de um projeto que inevitavelmente desembocaria numa ciência da História segundo os parâmetros àquela altura definidos. Neste processo, a ciência da História, uma vez afirmado seu poder e legitimado seu saber através de instituições acadêmicas, define as chamadas “ciências auxiliares”, hierarquizando de forma clara as competências específicas para uma fala acerca do passado.

É contra a forma institucionalizada da História e seus claros desdobramentos políticos que Paul Valéry parece nos advertir ao qualificá-la como perigosa. Sua avaliação e crítica parecem situar-se numa tradição inaugurada ainda no século XIX com Nietzsche e seu texto a respeito das

“Vantagens e desvantagens da História para a vida”, parte das considerações extemporâneas.⁸ Já neste texto o filósofo alemão advertia para os riscos presentes tanto numa história monumental quanto numa história antiquária, riscos que resultariam numa desmedida da História, fazendo da experiência humana um “vir a ser contínuo”, uma expectativa desmedida do futuro, que no limite poderia significar um desprezo da própria experiência presente. São inúmeras as tradições intelectuais que, segundo o filósofo, estariam na raiz desta concepção de sentido histórico: a mais expressiva delas e objeto de sua violenta e ácida crítica o próprio cristianismo. Este sentido histórico, presente na forma institucionalizada da disciplina, a partir das primeiras décadas do século passado, parecia satisfazer-se com a possibilidade de estabelecer uma cadeia indefinida de causas e efeitos como elemento central para a inteligibilidade das ações humanas. Como resultado deste jogo perigoso, segundo a análise de Nietzsche, a História poderia encontrar sua causa fora dela mesma, localizada num lugar para além dos homens e de suas possibilidades, instaurando-a, portanto no reino da Metafísica.

Herdeiro dessa crítica à cultura histórica oitocentista, Paul Valéry concebe duas possibilidades de texto histórico, nenhuma delas, segundo sua avaliação, capaz de fornecer aquilo de que necessitava quando recorria à História. Um primeiro conjunto de textos, de acordo com Valéry, apresentava a seu leitor um relato saboroso de cenas cuja especificidade seria pertencerem ao passado. Neste sentido a “realidade” do relato continuava a demandar a capacidade de convencimento do autor, não se distinguindo, portanto de outras formas de relato que supõem, eles também, o convencimento e a crença do leitor. Um segundo conjunto de textos estaria mais próximo das realizações da ciência da História, cujo convencimento advém do emprego de estratégias que fazem o leitor acreditar que o acontecido decorreria de um processo lógico e necessário desvendado pela ciência objetiva e comprovável do passado.⁹ Para cumprir esta finalidade a pesquisa histórica deveria disponibilizar as provas irrefutáveis clareando os processos históricos. Se possível reconstituindo os fatos como eles realmente teriam sido, segundo as exigências definidas por Leopold von Ranke.

Valéry parece, contudo concentrar sua reflexão sobre os aspectos mais especificamente políticos desta leitura da História. Isto porque na sua avaliação a ação dos homens estaria, sobretudo informada pelas referências ao passado mais do que pelas suas percepções imediatas a respeito das situações que se apresentam. Segundo ele todo nosso edifício social assentava-se no valor e na crença do texto escrito, num sistema de crença, portanto, que depende fundamentalmente de sua transmissão através dos tempos como condição para forjar uma comunidade. A História ocupa

⁸ Consultar a respeito a edição brasileira de Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 58-70.

⁹ VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel et autres essais*. Paris: Gallimard, 1998. p. 12-3.

assim um papel central para nossa contemporaneidade, pois é através dela que encontraremos as imagens e referências para as ações no presente como forma de preparar o futuro. Veículo por assim dizer central neste papel de transmissão assentado no valor do escrito. História e Tradição articulam-se intimamente embora sejam duas formas distintas de conceber o passado integrando-o às experiências presentes. Neste sentido ela pode, segundo ainda Paul Valéry, justificar aquilo que os homens desejarem, pois não faltarão exemplos para as mais diferentes situações que se apresentarem.¹⁰ Sua força poderosa age sobre o futuro aprisionando-o de antemão. Este só consegue ser pensado a partir das referências constantes ao passado. É contra este sentido de orientação do presente pelo passado que se insurge Valéry, uma vez que esta postura impede uma relação criativa com o futuro, pensado por ele como um conjunto de possibilidades não realizadas, mas possíveis. Na medida em que este futuro é percebido como desdobramento de um passado, seu sentido já se encontra comprometido e sua realização uma condição inscrita no passado. É como se pensar o futuro, nos quadros da cultura histórica oitocentista supusesse entrevê-lo como um presente constante. O futuro assim domesticado pela História jamais seria percebido como a realização do novo, mas como a realização daquilo que já se fazia presente. A História seria assim um registro sistemático, submetido ao crivo da prova científica, daquilo que deveria efetivamente ter acontecido, reafirmando uma tradição necessária e cuja transmissão torna-se condição da própria vida coletiva presente e da invenção do futuro.

¹⁰ Consultar a respeito LÖWITH, Karl. *Paul Valéry*. Grundzüge seines philosophischen Denkens. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1971.